

Um estudo sobre o símbolo, com base na semiótica de Peirce

Emílio Soares Ribeiro*

Resumo: Vivemos rodeados por símbolos, são eles desde o aceno de mãos em uma despedida ao alfabeto que utilizamos para falar e escrever. Embora a literatura sobre o simbólico se utilize de diversas definições reducionistas para a palavra “símbolo”, é certo que, ao explicarmos o simbólico, sempre resta algo intraduzível, pois o símbolo aponta para algo que está ausente, representando-o, mas sem apreender todas as suas possibilidades. A redução ou especialização extrema do sentido de um símbolo costuma ter como consequência a degradação do significado, tornando-o uma insignificância alegórica ou atributiva (Cirlot, 1984, p. 5). Além disso, a percepção do símbolo é também pessoal, visto que, em seu processo de formação, o ser humano acrescenta às experiências pessoais valores culturais e sociais herdados da humanidade que o precedeu até então. Nesse sentido, o presente artigo discute o simbólico com base em Charles Sanders Peirce, buscando mostrar como tal signo é constituído e entendido na semiótica criada pelo referido autor americano. Anteriormente, porém, na primeira parte do trabalho, foi necessário fazer algumas considerações gerais sobre o termo “símbolo”, suas origens e os vários significados que a ele são atribuídos. Em seguida, na segunda parte, tratamos da compreensão e interpretação dos símbolos em geral. Esperamos que o trabalho esclareça o papel do símbolo nos estudos semióticos, bem como fundamentalmente interpretações e análises do símbolo na literatura, cinema e nas culturas de uma forma geral.

Palavras-chave: símbolo, Peirce, interpretação

1. Considerações gerais sobre o símbolo

Como nos diz Cirlot (1984, p. 12), há indícios antigos, como o empoar dos cadáveres com ocre vermelho, de que o pensar simbolista¹ teve seu princípio nos fins do paleolítico ou até mesmo antes. Naquela época, as constelações, os animais, as pedras e os elementos da paisagem natural foram os mestres da humanidade. A inserção do homem no mundo dos fatos espirituais e morais, por exemplo, deu-se por meio do contato com o visível. Sem dúvida, como afirma Eliade (1991a, p. 8), o pensamento simbólico, em todas as suas dimensões, é consubstancial ao ser humano e precede qualquer linguagem e razão discursiva.

Para Riffard (1993, p. 331), a palavra “símbolo” (do grego *symbolon*) foi inicialmente utilizada entre os gregos para se referir às metades de uma tabuinha

que hospedeiro e hóspede guardavam, cada um a sua metade, transmitidas depois aos seus descendentes. As duas partes juntas (*sumballô*) funcionavam para reconhecer os portadores e para provar as relações de hospitalidade ou de aliança adquiridas no passado².

Quando dois amigos se separavam por um período longo, ou para sempre, partiam uma moeda, uma plaquinha de barro ou um anel; se após anos alguém das famílias amigas retornasse, as partes unidas (*symbálein* = juntar, reunir) podiam confirmar que o portador de uma delas realmente fazia jus à hospitalidade (Lurker, 1997, p. 656).

Dessa forma, ao representar as duas partes reunidas, o símbolo é, inicialmente, “símbolo feito de algo”. Ao ser utilizado, ele passa a ser “símbolo de algo”. Como afirma novamente Lurker (1997, p. 656), o sím-

* Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Endereço para correspondência: { emiliousce@yahoo.com.br }.

¹ Embora o termo “simbolismo” seja também utilizado para se referir ao movimento literário e artístico, cujas raízes remontam ao fim do século XVII, refiro-me aqui ao que Lurker (1997, p. 649) chamou de “o estudo, a doutrina, a ciência dos símbolos, de sua origem, significado e divulgação”. Nesse sentido, a palavra envolve, por exemplo, os significados de uma figura mítica, de uma obra de arte, de um sonho ou dos elementos que fazem parte de uma cultura ou religião.

² Na antiguidade grega, os símbolos, concebidos dessa forma, eram também sinais de reconhecimento que possibilitavam aos pais reencontrarem seus filhos abandonados.

bolo, em sua origem, é um sinal visível de algo que não se encontra ali presente de forma concreta, algo que pode ser nele percebido: no exemplo dado, a *amizade* dos possuidores das partes.

O símbolo separa e une, comporta as duas ideias de separação e de reunião; evoca uma comunidade que foi dividida e que se pode reagrupar. Todo signo comporta uma parcela de signo partido; o sentido do símbolo revela-se naquilo que é simultaneamente rompimento e união de suas partes separadas (Chevalier, 2001, p. XXI).

Por analogia, tal significado foi ampliado até compreender os cupons, senhas ou fichas, que dão direito a receber soldos, indenizações ou víveres.

O sentido da palavra “símbolo” desenvolveu-se bastante, chegando a envolver, por exemplo, oráculos, presságios, fenômenos extraordinários considerados provindos dos deuses, emblemas de corporações, crachás e vários tipos de sinais de compromisso, como o anel de casamento ou o anel depositado pelos participantes de um banquete, garantindo que pagarão corretamente por ele. De fato, poucas palavras adquiriram tão vasta significação como a palavra “símbolo”.

Em resumo, como afirma D’Alviella (1995, p. 21), o termo “símbolo” passou gradualmente a se referir a tudo aquilo que, seja por acordo geral ou analogia, representava convencionalmente alguma coisa ou alguém. Um símbolo é uma representação, mas não uma reprodução. Enquanto uma reprodução implica igualdade, um símbolo é capaz de evocar a concepção do objeto que ele representa devido, por exemplo, a características em comum, como é o caso da aliança, símbolo do casamento, ou dos pratos de uma balança, símbolo da ideia de justiça.

Para Chevalier e Gheerbrant (2001, p. XXI), a história do símbolo comprova que qualquer coisa pode adquirir valores simbólicos, seja ela natural (pedras, animais, flores, fogo, rios, raio etc) ou abstrata (número, ideia, forma geométrica etc). Assim, através dos símbolos, objetos comuns adquirem ilimitáveis novos significados. Um simples pedaço de pano, por exemplo, ao ser erguido até o topo de um mastro, refere-se à ideia de pátria. Da mesma forma, dois simples segmentos de reta concorrentes e perpendiculares fazem alusão ao sacrifício espontâneo de Cristo.

Vivemos rodeados por símbolos, são eles desde o aceno de mãos em uma despedida ao alfabeto que utilizamos para falar e escrever. Há símbolos que dizem respeito predominantemente ao psicológico; outros, ao cosmológico e natural.

Encontramos facilmente as mesmas representações simbólicas em lugares diversos, povos distintos. Se-

gundo D’Alviella (1995, p. 27), essas questões dificilmente podem ser explicadas pelo acaso. Para o autor, ou essas imagens análogas foram concebidas independentemente ou foram apropriadas de um país por outro. Representações como a do sol por um disco ou face que emite raios, por exemplo, não são próprias de nenhuma raça ou nação específica. Trata-se de um aspecto inerente ao ser humano: em determinada fase de seu desenvolvimento, o homem simbolizou o deus-sol com características que remetem à sua estrutura físico-anatômica.

Da mesma forma, símbolos podem ser apropriados. O simbolismo hindu, chinês e japonês, por exemplo, penetrou entre nós por meio de artigos comerciais, entre eles, vasos, tecidos e peças curiosas do Extremo Oriente. Do mesmo modo, era hábito, entre os soldados, marinheiros e viajantes antigos, ao deixar seus lares, levar consigo seus símbolos, objetos pelos quais tinham um estimável apreço, que disseminavam seu significado e adquiriam outros novos. Ao circularem, as moedas também difundem as representações simbólicas traduzidas por seu povo ao cunhá-las.

Peirce (1958, CP, 2.302)³, autor que embasa nossa pesquisa, afirma que “símbolos muitas vezes surgem pelo desenvolvimento de outros signos, especialmente ícones, ou signos com características icônicas e simbólicas ao mesmo tempo”. E, como “pensamos apenas em signos” e tais signos mentais são de natureza híbrida, “um novo símbolo só pode surgir a partir de símbolos”. Logo, essa “apropriação” de símbolos a que se refere D’Alviella (1995), entre outros, nada mais é do que algo inerente ao signo, o seu poder infinito de representação.

Um símbolo, ao se constituir como tal, se dissemina entre as pessoas. Ao ser usado e experimentado, tem seu sentido ampliado. Palavras como *força*, *lei*, *riqueza* e *casamento*, para nós, remetem a significados bem diferentes daqueles a que elas remetiam para nossos antepassados (Peirce, 1958, CP, 2.302).

Os símbolos normalmente não aparecem isolados, mas unem-se entre si, dando lugar a composições simbólicas. Embora se costume estudar as razões pelas quais ocorrem alterações nas formas dos símbolos, nem sempre se dá relevância à atração que certas figuras exercem sobre outras. Para D’Alviella (1995, p. 145), quando dois símbolos expressam as mesmas ideias ou se interrelacionam, eles tendem a se amalgamar ou se combinar, produzindo, como consequência, um outro símbolo.

Por não terem levado em consideração que um símbolo pode se unir a várias figuras que diferem acentuadamente quanto à origem e

³ Todas as referências no texto da obra *The Collected Papers*, de Peirce, foram feitas sob a sigla CP, seguida do número do volume e número do parágrafo.

até mesmo na aparência, muitos arqueólogos desperdiçaram seu tempo debatendo sobre as origens de um signo ou imagem [...] (D'Alviella, 1995, p. 145).

Assim, ao estudar um símbolo, deve-se procurar não somente os seus antecedentes, mas também as comunicações que podem ter acontecido entre seus protótipos e, caso se faça necessário, deve-se estudar as relações entre os estágios sucessivos das transmutações simbólicas pelas quais o símbolo passou. Apresento a seguir algumas ideias acerca da interpretação de representações simbólicas.

2. A interpretação do simbólico

Os primeiros estudos do simbólico foram realizados por Athanasius Kircher (1602-1680), professor de matemática e línguas orientais em Würzburg e Roma. Kircher foi o primeiro autor a falar acerca de uma *disciplina symbolica* e entendia o símbolo como algo que conduz o espírito humano a conhecer uma outra coisa por meio de alguma semelhança física com outras.

As tentativas seguintes vieram do Romantismo, com destaque para Friedrich Creuzer, que desejava a criação de uma disciplina própria para o estudo dos símbolos, o que não ocorreu devido à constante ridicularização do estudo do simbólico feita pelos seus opositores e pelas correntes racionalistas e positivistas do século XIX. Bachofen, pesquisador da antiguidade, não conseguiu que o seu *Versuch über die Gräbersymbolik der Alten* (1859) (*Ensaio sobre o simbolismo dos túmulos da Antiguidade*) fosse compreendido, por não restringir sua análise do símbolo a uma explicação meramente iconográfica e estética, mas procurar estudar os símbolos visando a sua interpretação.

O estudo do simbólico passou a ser contemplado pela psicologia a partir de Freud e depois com Jung, os quais não procuraram os símbolos em manifestações culturais ou religiosas, mas tentaram identificá-lo na *psique* do homem. Para a escola freudiana, a palavra símbolo exprime, de modo indireto, figurado e difícil de decodificar, o desejo ou os conflitos. Nessa lógica, o símbolo seria a relação que une o conteúdo manifesto de um comportamento, de um pensamento, de uma palavra, ao seu sentido latente. Como afirma Eliade (1991a, p. 8-9), para a psicanálise, as imagens, os símbolos e os mitos não são criações irresponsáveis da *psique*, mas respondem a uma necessidade e preenchem um papel: revelar as mais íntimas modalidades do ser. Assim, estudar os símbolos permitiria um melhor conhecimento do homem.

Enquanto Freud via o inconsciente como uma espécie de “quarto de despejos” dos desejos reprimidos (Jung, 1977, p. 12), Jung concebia-o como um mundo tão real e vital para a vida de um homem como é o consciente. Os elementos (línguas e pessoas) do

inconsciente seriam os símbolos, que, através dos sonhos, poderiam se comunicar com o mundo consciente. Para Jung, os símbolos presentes nos sonhos não podem ser decifrados ou interpretados por meio de um manual ou glossário. Por serem “uma expressão integral, importante e pessoal do inconsciente particular de cada um”, os símbolos selecionados pelo inconsciente individual de certa pessoa (durante o sonho) têm um sentido que lhe diz respeito e a mais ninguém. Por isso, o autor considera a interpretação dos símbolos presentes nos sonhos uma tarefa unicamente pessoal e particular, que não pode ser realizada empiricamente. Para Jung, um símbolo é:

[...] um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida diária, embora possua conotações especiais além de seu significado evidente e convencional. Implica alguma coisa vaga, desconhecida ou oculta para nós (Jung, 1977, p. 20).

Assim, para a escola junguiana, uma palavra ou imagem é considerada simbólica no momento em que implica algo além de seu significado manifesto e imediato, algo que não pode ser precisamente definido ou explicado. Por este motivo, ou seja, por haver várias coisas que não podemos compreender, é que, para Jung (1977, p. 21), frequentemente usamos termos simbólicos para representar conceitos que não conseguimos definir completamente. Um exemplo é a utilização de linguagem simbólica e de imagens pelas instituições religiosas.

Somente em 1953 foi fundada, por M. Engelson, em Genebra, a primeira sociedade destinada ao estudo dos símbolos, Société de Symbolisme, que se reúne em Genebra, Bruxelas e Paris e publica seus artigos no *Cahiers Internationaux de Symbolisme*. Em associação com o Psychology Department (Universidade Estadual da Geórgia), formou-se nos Estados Unidos a International Society for the Study of Symbols, cuja publicação é intitulada *International Journal of Symbolology*. Além disso, muitas instituições científicas contribuem de diversas formas para o estudo dos símbolos, como o Instituto C. G. Jung de Zúrich, The Mediaeval Academy of America, fundada em Cambridge em 1925, com a publicação *Speculum*, e a Fundação Ludwig Keimer (Basileia) que, em associação com o Instituto Ticinese di Alti Studi (Lugano), realiza conferências cuja ênfase está na arqueologia e na etnologia.

Para Eliade (1991b, p. 205-206), dentre os fatores que contribuíram para generalizar o interesse pelo estudo dos símbolos na atualidade, pode-se citar: as descobertas da psicologia de Freud e Jung de que a atividade do inconsciente é apreensível através da interpretação das imagens, o surgimento da arte abstrata (início do século XX), as experiências poéticas surrealistas após a Primeira Guerra Mundial e as pes-

quisas dos etnólogos, principalmente acerca das ideias de Lucien Lévi-Bruhl sobre a estrutura e as funções da “mentalidade primitiva”, ideias estas que instigaram muitos filósofos europeus a estudarem o mito e o símbolo. Eliade (1991b) fala ainda da importância dos estudos realizados por epistemólogos e linguistas, buscando mostrar o caráter simbólico da linguagem e das artes.

Em sua classificação⁴ das teorias que embasam as pesquisas míticas contemporâneas, Edmond Leach (*apud* Grimal 2000, p. VII) inclui na perspectiva simbolista de análise mitológica o grupo dos teóricos que veem o mito como uma forma diferente de exprimir o pensamento, a cultura e o modo de observar o mundo. Para Pierre (2000, p. IX), teóricos tão diferentes como Ernst Cassirer, Sigmund Freud, Carl Gustav Jung, Károly Kerényi, Walter Friedrich Otto, Mircea Eliade, Paul Ricoeur ou Gilbert Durand têm em comum o fato de:

[...] admitirem o símbolo, tautegórico, que se afirma a si próprio, implicando a intervenção de reacções fundamentais, como a actividade física e a vontade. Trata-se de um outro tipo de linguagem, colectiva, mais emotiva e rica, exprimindo o que não pode ser expresso directamente no falar corrente. Os mitos dirigem-se, pois, não apenas ao entendimento, mas, também, à fantasia e à realidade (Pierre, 2000, p. IX).

Como se pode observar, formação, agenciamento e interpretação dos símbolos são interesse de várias disciplinas: a história das civilizações e religiões, a linguística, a antropologia cultural, a crítica de arte, a psicologia, a medicina, a publicidade, a semiótica etc. De fato, todas as ciências do homem, assim como todas as formas de arte, estão envolvidas com o simbólico, embora cada uma tenha sua própria concepção e aplicação da designação “símbolo”. Segundo Eliade (1991b, p. 207), embora o simbolismo seja estudado segundo diversas perspectivas, devido ao forte vínculo que há entre as disciplinas humanas, qualquer descoberta relevante de uma área traz contribuições para as outras. Assim, ideias acerca do simbólico próprias da psicologia, por exemplo, muitas vezes interessam à ciência das religiões. Ainda que as contribuições e o sentido do simbólico sejam diferentes em cada disciplina, não se pode negar que o assunto é o mesmo.

Um dos sentidos de um símbolo só é apreendido por meio da análise das condições em que aparece, de

como se comporta e de sua consequente finalidade. Terceiras análises que apenas produzem conjecturas sobre o sentido do símbolo vai de encontro ao que Cirlot (1984, p. 41) pensa quando afirma que “o realismo que vê no fabuloso uma cópia alterada ou uma confabulação de elementos diversos, tampouco faz algo senão subministrar uma explicação secundária sobre a problemática “origem”, sem penetrar a razão de ser deste ente”. Para o autor, afirmar, por exemplo, que a imagem de um morcego gerou a ideia de hipogrifo, de quimera e de dragão é fornecer um elemento ínfimo a respeito do valor significativo e simbólico de tais animais mitológicos. Lurker (1997, p. 667) compartilha com tal ideia e diz que a análise e interpretação simbólicas devem ser isentas de perspectivas ideológicas e de associações precipitadas.

Contrariando tal ideia, alguém afirmaria que a famosa e frequente associação entre a árvore e a serpente, por exemplo, deve-se unicamente à observação (que ocorre nos países em que há serpentes) de que tais répteis fazem seus antros ao pé das árvores. Mesmo sem descartar a possibilidade de tal ideia, observamos que ela não explica, por exemplo, o sentido deste símbolo na história da tentação bíblica. O simbólico vai mais além. Neste caso, vários aspectos remetem à relação análoga que há entre a serpente e a árvore: o seu caráter linear, a semelhança da serpente com as raízes, a dualidade bem e mal (enquanto a árvore eleva os ramos ao sol, como adoração, a serpente espera por sua presa para matá-la).

Segundo Cirlot (1984, p. 5), a redução ou especialização extrema do sentido de um símbolo costuma ter como consequência a degradação do significado, tornando-o uma insignificância alegórica ou atributiva. No instante em que resumimos a análise do símbolo da serpente e da árvore ao fato de as serpentes se aninharem junto às árvores, estamos apenas utilizando uma constatação para explicar, sem mencionar elementos referentes à relação interna entre os símbolos.

É certo que, ao explicarmos o simbólico, sempre resta algo intraduzível. Isso ocorre porque, como já mencionado anteriormente, o símbolo aponta para algo que está ausente, representando-o, mas sem apreender todas as suas possibilidades. Um símbolo, como afirma Lurker (1997, p. 657), não é composto de formações rígidas, que podem ser facilmente e precisamente delimitadas, mas mutáveis e, em muitos casos, ambíguas. De fato, ordena significados análogos, cada um em um certo nível, ou seja, revela diferentes sentidos simultaneamente. Segundo Hampate (*apud* Chevalier;

⁴ Edmond Leach classifica as teorias que embasam as pesquisas míticas contemporâneas em três grandes tipos: *teorias funcionalistas*, *teorias estruturalistas* e *teorias simbolistas*. De acordo com tais perspectivas, o mito constitui-se como uma ciência, dotada de metodologias próprias, que atua em várias direções e se apoia em diversas áreas, dentre elas, a psicologia, a sociologia, a etnologia, a história das religiões, a linguística, a gnosiologia, a antropologia etc. (Pierre, 2000, p. VII).

⁵ Os Fulani, Fula ou Phoulah são um grupo étnico nômade que compreende várias populações espalhadas pela África Ocidental, desde a Mauritânia a noroeste até aos Camarões a leste. A língua *fula* (também chamada *peul* em francês e *fulani* em inglês) é falada entre 10 e 16 milhões de pessoas e tem um status de língua oficial na Mauritânia, Senegal, Mali, Guiné, Burkina Faso, Níger, Nigéria e Camarões.

Gheerbrant, 2001, p. XXIV), na lenda fula⁵ de Kaydara, o velho mendigo (o iniciador) diz a Hammadi (o peregrino, em busca de conhecimento): “Ó meu irmão! Aprende que cada símbolo tem um, dois, vários sentidos. Esses significados são diurnos ou noturnos. Os diurnos são favoráveis, e os noturnos, nefastos”.

Tendo como base essa multiplicidade de sentidos de um símbolo, entende-se que cada representação simbólica funciona como o centro de uma teia, que está ligado a diversas outras teias com seus respectivos centros. R. de Becker (*apud* Chevalier; Gheerbrant, 2001, p. XXII) diz algo semelhante quando afirma que o símbolo pode ser comparado a um cristal que reflete de maneiras diversas uma luz, conforme a faceta que a recebe. Nesse sentido, Todorov (Chevalier, 2001, p. XXIV) considera que no símbolo é produzido um fenômeno de condensação, ou seja, um significante remetendo a mais de um significado. Assim, um símbolo representa diversos objetos que, por sua vez, funcionam como representação de diversos outros objetos, em uma cadeia infinita.

A percepção do símbolo é também pessoal. Em seu processo de formação, o ser humano acrescenta, às experiências pessoais, valores culturais e sociais herdados da humanidade que o precedeu até então.

O símbolo tem precisamente essa propriedade excepcional de sintetizar, numa expressão sensível, todas as influências do inconsciente e da consciência, bem como das forças instintivas e espirituais, em conflito ou em vias de se harmonizar no interior de cada homem (Chevalier, 2001, p. XIV).

Assim, a compreensão de um símbolo depende fortemente da percepção direta, possibilitada pelo repertório pessoal. Análises históricas, comparações interculturais, pesquisas acerca das interpretações providas das tradições orais e escritas e prospecções da psicanálise contribuem para tornar tal interpretação mais completa e menos arriscada. Wirth (*apud* Chevalier; Gheerbrant, 2001, p. XXII) complementa tal ideia, afirmando que “é próprio do símbolo o permanecer indefinidamente sugestivo: nele, cada um vê aquilo que sua potência visual lhe permite perceber. Faltando intuição, nada de profundo é percebido”.

Visto tal subjetividade e sugestividade dos símbolos, cada análise torna-se produto de um ponto de vista e não deve almejar esgotar, nem ao menos relativamente, nenhum dos domínios referentes à concepção de representação simbólica, mas procurar unir a compreensão do papel significativo do símbolo em estudo à interpretação de alguns de seus múltiplos sentidos, em favor da autoridade das obras estudadas.

3. O símbolo para Charles Sanders Peirce

A noção de “representação”, relacionada à ideia de signos, símbolos, imagens e a outras formas de substituição, é alvo de interesse dos estudos semióticos desde a escolástica medieval, que a definia, de maneira geral, como “o processo de apresentação de algo por meio de signos”. Para Santaella e Nöth (1999, p. 16), o próprio conceito inglês “*representation(s)*”, ao ser concebido como sinônimo de signo, explica a concepção de “representação”.

Para Peirce (1958, CP, 2.273), *representação* é a apresentação de um objeto a um intérprete de um signo ou a relação entre o signo e o objeto. Assim, o autor define *representar* como “estar para”: o signo, para certos designios e relacionando-se a outra entidade, é tratado por alguma mente como se fosse aquilo que ele representa. Por exemplo, uma foto ou uma pétala seca que levamos em nossa carteira e que foi dada por uma pessoa muito especial representa essa pessoa, para quem se dirige a concepção de reconhecimento. De fato, ao carregar a foto ou pétala seca, uma pessoa estará, de certa forma, trazendo para perto de si a outra pessoa, pois gostaria que estivesse sempre consigo. No momento em que não pode estar presente, essa pessoa está ali simbolizada e seu significado, aproximado por meio dos símbolos que a representam.

[...] qualquer palavra comum, como “dar”, “pássaro”, “casamento”, é um exemplo de símbolo. Ele é aplicável a tudo aquilo que possa concretizar a ideia relacionada à palavra. O símbolo não é capaz de identificar, por si próprio, as coisas às quais se refere ou se aplica. Ele não mostra um pássaro, nem nos faz ver um casamento, mas supõe que somos capazes de imaginar tais coisas, associando a elas a palavra (Peirce, 1958, CP, 2.298).

Assim, como no caso do retrato e da pétala seca representando uma pessoa especial, o símbolo constrói uma relação com seu objeto por meio de uma ideia na mente do intérprete⁶.

Peirce (1958, CP, 2.307) define o símbolo como “um signo que se constitui como tal simplesmente ou principalmente pelo fato de ser usado e entendido como tal, quer o hábito seja natural ou convencional, e sem se levar em conta os motivos que originalmente governaram a sua seleção”. O autor assemelha a sua concepção de símbolo à noção de “*thema*”, termo proposto por Burgersdicius, em 1635, em seu estudo sobre lógica. O *thema*, assim como o símbolo, seria “um signo que, assim como uma palavra, está associado a seu objeto por uma convenção”, ou ainda “por

⁶ Ideia esta que Peirce chama de *interpretante*. Um signo põe algo no lugar da ideia que ele produz ou modifica. O *objeto* é aquilo que ele substitui; o *significado* é o que ele coloca em seu lugar; o *interpretante* é a ideia que ele faz surgir.

um instinto natural ou por um ato intelectual que o concebe como representativo de seu objeto, sem que haja necessariamente alguma ação que possa estabelecer uma conexão factual entre signo e objeto” (Peirce, 1958, *CP*, 2.308).

Diferentemente do ícone e do índice, o símbolo é um signo que estabelece uma relação com seu objeto por meio de uma mediação, ou seja, as ideias presentes no símbolo e em seu objeto se relacionam a ponto de fazer com que o símbolo seja interpretado como se referindo àquele objeto, isto é, fazendo com que o símbolo represente algo que é diferente dele. Assim, o símbolo se relaciona com seu objeto devido a uma ideia presente na mente do usuário, um hábito associativo, uma lei, chamada por Peirce de “interpretante lógico”. Este, como mostra Santaella (2005, p. 264), corresponde à lei ou regra interpretativa que “guia a associação de ideias ligando o símbolo a seu objeto”.

Assim, um signo funciona como símbolo se, em relação ao objeto que ele representa, for um legi-signo, ou seja, uma lei que é um signo. Sobre o conceito de lei, Santaella diz que:

A lei funciona, portanto, como uma força que será atualizada, dadas certas condições. Por isso mesmo, a lei não tem a rigidez de uma necessidade, podendo ela própria evoluir, transformar-se. Contudo, em si mesma, a lei é uma abstração. Ela não tem existência concreta a não ser através dos casos que governa, casos que nunca poderão exaurir todo o potencial de uma lei como força viva (Santaella, 2005, p. 262).

Para a autora, a lei de interpretação já está contida no próprio signo, permitindo que produza um signo interpretante ou uma série de signos interpretantes. Dessa forma, o signo é interpretado como sendo signo devido à lei, porque o legi-signo funciona como uma regra que determinará seu interpretante.

A autora ainda cita a linguagem verbal como um exemplo claro de legi-signo. No momento em que fazem parte do sistema de uma língua, as palavras são interpretadas de acordo com as leis desse sistema. Assim como todos os tipos de legi-signos, as palavras, por exemplo, só ganham existência concreta através de suas manifestações, chamadas por Peirce de “réplicas”.

Para Santaella e Nöth (1999, p. 65), sem o ícone, o símbolo nada significaria e, sem o índice, perderia seu poder de referência. Assim, o símbolo contém dentro de si elementos de iconicidade e elementos de indicialidade.

De fato, o símbolo em si mesmo não mostra sobre o que está falando. Para que o símbolo, tipo geral, se aplique a um caso específico e conseqüentemente se conecte ao seu objeto, ele necessita de um índice. Como mostra Santaella (2005, p. 268), “o poder de

referência, poder indicativo do símbolo vem de seu ingrediente indicial”. Quando se refere à palavra “anel”, por exemplo, o objeto dessa palavra é um tipo geral que nenhum caso especial de anel pode englobar por completo. Diferentemente, em “anel élfico”, a designação “élfico” indica a procedência do anel e, portanto, refere-se a um caso ao qual o geral se aplica (embora “élfico” dependa do ícone mental daqueles que utilizam a palavra).

Mesmo que forneçam todo o poder de referência que um símbolo possui, os índices não são capazes de significar, razão pela qual o símbolo necessita de um ícone. A parte exclusivamente simbólica de um símbolo (conceito ou sentido) corresponde ao hábito geral, que precisa ser atualizado pelo ícone que integra o símbolo, produzindo significado. Santaella (2005, p. 269) ilustra tal concepção com um exemplo claro. Ela diz que “nossa ideia geral, digamos, de um gato, por exemplo, seria a fusão resultante de imagens decorrentes das situações repetidas de experiências sensoriais mais determinadas e muito diferenciadas de gatos particulares”. Com base nesses princípios, percebe-se que a ideia geral corresponde à forma ou unidade imediatamente percebida, ou seja, o ícone (qualidades que atualizam o conceito ou hábito geral que é o símbolo).

De fato, o símbolo, em si mesmo, não possui existência concreta. Peirce (1958, *CP*, 2.301) ilustra tal ideia com o exemplo da palavra “estrela”. Para o autor, ao escrevermos ou pronunciarmos “estrela”, estamos apenas produzindo uma réplica da palavra, e não a própria coisa. Embora se refira a algo real, a palavra em si mesma não possui existência concreta. Consiste em uma sequência de sons, ou *representamens* de sons (Santaella, 2005, p. 262), que se torna signo por meio de um hábito ou lei que faz os intérpretes a compreenderem como significando uma estrela.

Desse modo, ao escrevermos a palavra, não a estamos criando. Igualmente, no momento em que a apagamos, não a estamos destruindo. Ela permanece viva no espírito dos que a usam, mesmo que estejam adormecidos.

Nasser (2003, p. 6) contraria a concepção peirceana de *símbolo* como lei ou legi-signo (uma regra que permite a interpretação do símbolo como se referindo a um certo objeto), ao falar em destruição de um símbolo. Para a autora, no instante em que um símbolo perde sua função de representar, ele morre. Ao contrário, para Peirce (1958, *CP*, 2.301), o símbolo vive na mente daqueles que o utilizam, mesmo que ele não esteja presente. Como exemplo, Santaella e Nöth dizem que:

[...] mesmo que a palavra não esteja mais viva, em uso por seus falantes, como é o caso das línguas mortas, nem assim ela perderá seu poder de denotar e significar, pois este poder lhe é dado por seu caráter de lei, num

sistema de leis que é a língua de que ela é parte (1999, p. 64).

O objeto representado por um símbolo é tão abstrato quanto ele. Para Santaella e Nöth (1999, p. 64), o objeto corresponde a uma ideia a que a palavra está ligada. Tomemos, como exemplo, a sucessão de sons e a representação escrita de sons “casa”. Cada manifestação concreta e diferente de “casa”, seja ela oral ou escrita, inclusive esta que acabo de escrever, será apenas uma réplica da palavra enquanto lei. E é no cerne dessa lei que reside a forma abstrata da imagem. Portanto, podemos até apagar uma imagem ou palavra que produzimos para simbolizar algo, mas, ao fazê-lo, não estaremos de maneira alguma destruindo as formas abstratas que correspondem ao símbolo e seu objeto.

Assim, a relação entre símbolo e objeto, de caráter convencional, advém do legi-signo que determina o interpretante. A associação de ideias que se realiza, através de regra interpretativa, na mente do intérprete forma o interpretante, que é o responsável pela conexão entre o signo e seu objeto. Entretanto, Santaella (2005, p. 266) mostra que, ao interpretar um determinado legi-signo simbólico, nenhum intérprete é capaz de esgotar sua generalidade. Decorre daí a aptidão do símbolo para mudanças, decorrentes, por exemplo, de alterações no hábito interpretativo de certo símbolo, visto que os interpretantes lógicos podem ser modificados. Vê-se então que, embora um símbolo dependa de uma convenção, o seu significado pode variar com o tempo e de acordo com a perspectiva através da qual se analisa, uma vez que é, como afirmou Short (*apud* Santaella, 2005, p. 266), “um signo em crescimento nos interpretantes que ele gerará”. ●

Referências

- Chevalier, Jean; Gheerbrant, Alain
2001. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Cirlot, Juan Eduardo
1984. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes Ltda.
- D’Alviella, Conde Globet
1995. *A migração dos símbolos*. Tradução de Hebe Way Ramos e Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Pensamento.
- Eliade, Mircea
1991a. *Imagens e símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso*. Tradução de Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes.
- Eliade, Mircea
1991b. *Meñistoles e o andrógino: comportamentos religiosos e valores espirituais não-europeus*. Tradução de Ivone Cartilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Tópicos)
- Grimal, Pierre
2000. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Jung, Carl Gustav
1977. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Lurker, Manfred
1997. *Dicionário de simbologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Nasser, Maria Celina de Q. Carrera
2003. *O que dizem os símbolos?* São Paulo: Paulus.
- Peirce, Charles Sanders
1958. *The Collected Papers*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Riffard, Pierre
1993. *Dicionário de esoterismo*. Lisboa: Teorema.
- Santaella, Lucia
2005. *Matrizes da linguagem e pensamento*. São Paulo: Iluminuras.
- Santaella, Lucia; Nöth, Winfried
1999. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras.

Dados para indexação em língua estrangeira

Ribeiro, Emílio Soares

A Study about the Symbol Based on Peirce's Semiotics

Estudos Semióticos, vol. 6, n. 1 (2010), p. 46-53

ISSN 1980-4016

Abstract: *We live surrounded by symbols, from the waving hands in a farewell to the alphabet we use to speak and write. Although literature about the symbolic brings diverse reductionist definitions for the word "symbol", it is true that, while explaining the symbolic, there will always be something untranslatable, because the symbol points to something that is absent, representing it, but without apprehending all its possibilities. The reduction or extreme specialization of a symbol's meaning usually leads to its degradation, making it an allegorical or attributive insignificance (Cirlot, 1984, p. 5). Besides that, the perception of the symbol is also personal, since, in its formation process, human beings add to their personal experience cultural and social values, which are inherited from previous generations. In this sense, the current article aims at discussing the symbolic based on Charles Sanders Peirce, in order to show how such a sign is constituted and understood in the semiotics founded by the referred American author. Before that, however, in the first part of this paper, it is necessary to make some general remarks about the term "symbol", its origins and the various concepts it receives. Then, in the second part, we focus on the comprehension and interpretation of symbols in general. We expect the current reflection to make clear the role of the symbol in semiotic studies, and to justify interpretations and analysis of the symbol in literature, cinema and culture.*

Keywords: *symbol, Peirce, interpretation*

Como citar este artigo

Ribeiro, Emílio Soares. Um estudo sobre o símbolo, com base na semiótica de Peirce. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: { <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es> }. Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 6, Número 1, São Paulo, junho de 2010, p. 46-53. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 29/11/2010

Data de sua aprovação: 02/04/2010
